

A Troca das Princesas
Maria Bárbara de Bragança e Maria Ana Vitória:
O reatar das boas relações ibéricas?

Ana Cristina Duarte Pereira

Aquelle Hymeneo Regio em laço amante
De Hespanha, e Portugal, que a pàs prospèra,
Em que applauso mayor, Senhor, coubera,
E aonde affecto achára mais constante?

Henrique de Sousa Freire, 1729 ¹

Em Janeiro de 1729 as famílias reais ibéricas encontram-se no Caia para a troca das princesas: Fernando, príncipe das Astúrias, futuro D. Fernando VI de Espanha, recebe D. Maria Bárbara de Bragança, enquanto que José, príncipe do Brasil, futuro D. José I de Portugal recebe D. Maria Ana Vitória.

Este recíproco matrimónio constitui um acto de singular entendimento entre os dois reinos da Península Ibérica, retomando a velha aliança luso-espanhola. Mas até que ponto o duplo enlace reata de facto as boas relações ibéricas?

Antes de mais, importa analisar em retrospectiva o quadro europeu de então.

Se o século XVII foi marcado por inúmeros conflitos militares, a assinatura do Tratado de Utrecht em 1715 pretende colocar fim a essa situação. Contudo, não obterá êxito. A “paz” que se vive na Europa a partir de 1715 é de curta duração. Logo em 1718 estala de novo o conflito, tendo como cenário Itália:

¹ J. Ferreira de Matos, *Diario Historico das Celebriedades, que na Cidade da Bahia se fizeram em acção de graças pelos felecissimos cazamentos dos Serenissimos Senhores Principes de Portugal, e Castella*, Lisboa 1729.

Sardenha, Sicília e Nápoles tinham sido entregues pelo Tratado de Utrecht à Áustria mas Filipe V considera-as possessões espanholas e tenta a sua reconquista. Áustria, França e Grã-Bretanha aliam-se e inicia-se o conflito, que durará até 1721, aquando do Congresso de Cambrai.

Estes conflitos na Europa continental afiguram-se como fundamentais para compreender toda a dimensão político-diplomática dos casamentos ibéricos. D. João V mantém ao longo de todo o conflito uma neutralidade que virá a constituir um dos problemas das negociações de 1725. Esta neutralidade será também a razão apresentada pela França quando recusa a presença portuguesa em Cambrai. Na verdade, começando a dividir-se esta Europa entre Continental e Atlântica, a presença portuguesa em Cambrai foi recusada com o objectivo de diminuir o peso das votações pró-britânicas, sendo de todos conhecida a aliança de Portugal com Inglaterra, que tinha saído reforçada com o casamento da infanta D. Catarina de Bragança, filha de D. João IV com Carlos II. Esta recusa conduz a uma ruptura das relações diplomáticas entre Portugal e França, o que será uma das vantagens lusas aquando da negociação do duplo enlace.

Na política diplomática espanhola França teve sempre um papel preponderante. Depois de Cambrai, Filipe V teve necessidade de recuperar as boas relações com o país vizinho de além-Pirenéus. Para isso, nesse mesmo ano, Filipe V assina o tratado hispano-francês, reconciliador dos dois reinos, selado pelo duplo matrimónio de D. Luís, Príncipe das Astúrias com D. Luísa Isabel, filha do duque de Orleans e o de Luís XV com a infanta D. Maria Ana Vitória, sendo a troca das princesas efectuada a 9 de Janeiro de 1722.

A 10 de Janeiro de 1724, Filipe V abdica do trono em favor do seu primogénito, invocando motivos religiosos e o desejo de consagrar-se ao serviço de Deus². Os Príncipes das Astúrias tornam-se então reis de Espanha, Luís I e Luísa Isabel, reinado que durará apenas oito meses já que o rei morre a 31 de Agosto de 1724, vítima de sarampo, impondo-se que Filipe V e Isabel de Farnésio assumam de novo o trono.

Em França, por questões relacionadas com a urgência de sucessão dinástica, Luís XV rompe o contrato com a infanta espanhola. Esta decisão só se compreende quando consideramos o quadro de lutas entre a França e a Áustria que depois de Cambrai voltam a disputar a hegemonia na Europa Continental. Assim,

² Entre outros, veja-se M. A. Pérez Samper, “Felipe V: el primer Borbón en el trono de España”, en *La Casa de Borbón (1700-1808)*, Madrid 2000, I, pp. 108-113, e *Isabel de Farnesio*, Barcelona 2003.

o casamento do Delfim com a filha do rei da Polónia tem o claro intuito de alargar a esfera de influência francesa num território marcado pela Áustria.

Maria Ana Vitória é “devolvida” à corte católica, deixando Paris a 7 de Abril de 1725. Rapidamente é proposto o duplo enlace ibérico de uma forma, ao mesmo tempo, inesperada e estratégica, tendo o objectivo claro de “entendimento com a Espanha”³. Aprovado por unanimidade no Conselho de Estado português⁴, iniciam-se as negociações, tendo chegado José da Cunha Brochado a Segóvia a 17 de Junho de 1725, com um pleno poder que se estendia a António Guedes Pereira, enviado extraordinário que já se encontrava na corte espanhola. Estes casamentos eram da maior relevância no plano político internacional, o que é notório considerando que as negociações são acompanhadas de perto pelos embaixadores estrangeiros, nomeadamente pelo próprio embaixador francês com a missão de vigiar “as novas alianças que as duas famílias Reaes de Portugal e d’Hespanha estavam para concluir”⁵.

Logo no dia 18 de Junho são recebidos ambos os diplomatas, às três da tarde em Santo Ildefonso, por Filipe V e Isabel de Farnésio, em audiência conjunta, tendo José da Cunha Brochado sublinhado à rainha “o sangue portuguez que tinha e havia generosamente circulado nas veas dos seus progenitores”⁶. Essa primeira audiência durou bastante mais tempo do que o previsto, sendo que os monarcas quiseram ainda apresentar aos enviados o príncipe das Astúrias e os infantes, de tal forma que Cunha Brochado comenta “eu não vi em Principes a nosso respeito maior alegria, e civilidade que parecia não querião

³ Cf. P. Soares Martínez, *História Diplomática de Portugal*, 2ª ed., Lisboa 1992, p. 188.

⁴ Este Conselho contou com as presenças do cardeal da Cunha, do Patriarca, dos duques de Cadaval e dos marqueses de Angeja, Fronteira, Alegrete e Abrantes e, ainda, com o conde de Assumar. Vide T. da Cunha de Ataíde (1º conde de Povolide), *Portugal, Lisboa e a Corte nos Reinados de D. Pedro II e D. João V. Memórias Históricas*, Lisboa 1990.

⁵ Visconde de Santarém, *Quadro Elementar das Relações Políticas e diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo, desde o princípio da Monarchia Portuguesa até aos nossos dias*, Paris 1842, V, p. 113.

⁶ *Cartas que escreve Joze da Cunha Brochado da Corte de Madrid onde estava por Enviado do Seren.mo Snr. rei de Portugal Dom João Vº a Diogo de Mendonça Corte Real seu secretario de Estado, ao Eminen.tissimo Cardeal da Cunha e ao Exmº Marquez d’Abrantes, seus Conselheiros de Estado. Em que lhe dá conta do progresso dos Negocios que da sua actividade se confiãrão*, BNP, cód. 4436, fol. 2.

deixar-nos sair da sua presença”⁷. No entanto, apesar do entusiasmo da corte católica, é também no primeiro encontro que se define o principal problema que ensombrará a negociação: “Tal he como isto a impressão com que esta Corte de-zeja esta reciproca aliança; mas sempre com precedencia d’hum a Liga Offensiva e defensiva”⁸.

A questão da Liga Ofensiva e Defensiva é central. Desde as primeiras conferências que o tema é recorrentemente tratado pelo marquês de Grimaldo. São consignadas várias situações de mútuo apoio: sempre que um for atacado nos Reinos e domínios; sempre que declarar guerra a um terceiro; sempre que declararem guerra a um; e, finalmente, assistência mútua na defesa. Os portugueses, vão-se esquivando a responder frontalmente, tal como se tinha decidido em Lisboa antes da partida, embora desde o início se soubessem os riscos que as negociações corriam com a resistência à formação da Liga, conforme refere Cunha Brochado:

Há sete dias que caminho, fazendo quatro legoas por dia, indo de Segovia a Sto. Ildefonso, cheio sempre de sobressaltos e temor. Segovia, 24 de Junho de 1725⁹.

Ora, esta Liga põe em causa a orientação da política externa joanina, que se pauta pela neutralidade¹⁰ e que foi uma das causas do afastamento de Portugal do Congresso de Cambrai em 1721.

Do lado português, propõe-se restringir a Liga Defensiva ou exceptuar Inglaterra, enquanto que Espanha recusa a excepção. A questão inglesa é a mais sensível, já que Portugal não quer perder esta velha aliança, ao mesmo tempo que permanecem as desconfianças face aos Reis Católicos, como bem expressa Cunha Brochado:

Entendo e atesto que não ficamos seguros só com a Licença d’El Rey Filippe: que devemos conservar a de Inglaterra para nos socorrer quando Castella nos attacar, de que Deos nos livre¹¹.

⁷ BNP, cód. 4436, fol. 2v.

⁸ *Ibidem*, fol. 3v.

⁹ *Ibidem*, fol. 13.

¹⁰ É este o conceito de neutralidade formulado por Pedro Barbosa Homem, cf. A.P. Barbosa Homem, *História das Relações Internacionais. O Direito e as Concepções Políticas na Idade Moderna*, Coimbra 2003, p. 214.

¹¹ BNP, cód. 4436, fol. 60.

A situação acabará por resolver-se em Viena: Espanha decide-se pela aliança ao Império e à Rússia, contra a Liga de Hanover que reúne as potências marítimas, decisão que liberta as negociações do impasse em que tinham caído e permite que D. João V mantenha a política de neutralidade ensaiada desde 1718 e seja um dos principais mediadores do século XVIII.

Outros problemas toldam ainda o entendimento ibérico. Tenta-se a resolução de um dos mais delicados assuntos coloniais: a Colónia do Sacramento. Entregue ao rei de Portugal pelo Tratado de Utrecht em 1715, representa a única presença portuguesa no Rio da Prata e o ponto mais a sul em território americano. Apesar de internacionalmente reconhecido como domínio português, os conflitos com os espanhóis iniciam-se logo em 1716 e os esforços financeiros para manter a defesa da colónia absorvem grande parte das receitas do Brasil. A falta de cartografia para este domínio levantava constantes celeumas com o governador de Buenos Aires; no entanto, no período das negociações dos casamentos, a Colónia vive um dos mais estáveis momentos da sua existência, sob o governo de António Pedro de Vasconcelos ¹².

O comércio é também um ponto chave, discutindo-se a entradas de vinhos e aguardente espanhola em Portugal e a entrada do cacau português em Espanha.

Haverá ainda problemas com a questão da renúncia às coroas paternas por parte das infantas, mas essa renúncia acabará por integrar o clausulado final.

Todas estas questões, caindo em impasse de resolução, acabarão por ser colocadas de lado e Filipe V ordenará ao marquês de Grimaldo que com os enviados se tratem apenas “dotes, arras e mais Artigos para os contractos matrimoniaes” ¹³.

A 27 de Outubro de 1725 escreve Cunha Brochado: “Concluimos ultimamente este dezejada, reciproca e util aliança” ¹⁴ e fica decidido que os casamentos aguardam que príncipes e infantas cheguem à “idade competente para contrahirem os ditos esponsaes” ¹⁵.

¹² Governador da Colónia do Sacramento entre 1722 e 1748. Durante o seu governo aumentou o comércio, a produção de trigo e couros, tendo a população vivido um período de maior estabilidade. Cf. M. B. Nizza da Silva, *D. João V*, Mem Martins 2006, p. 211.

¹³ BNP, cód. 4436, fol. 64v.

¹⁴ *Ibidem*, fol. 177.

¹⁵ *Ibidem*, fol. 206.

Os tratados matrimoniais são assinados apenas em 1727: D. José e D. Maria Ana Vitória, Príncipes do Brasil, assinam a 3 de Setembro e D. Fernando e D. Maria Bárbara, Príncipes das Astúrias, a 1 de Outubro. Os contratos contêm, em comparação, os mesmos artigos, sendo a sua maioria dedicados ao dote, arras e seguranças em caso de viuvez e as infantas renunciavam a todos os direitos à coroa paterna, em seu nome e em nome dos seus descendentes. Assim, tanto a D. Maria Bárbara como D. Maria Ana Vitória, têm os mesmos direitos e, tanto a coroa espanhola como a portuguesa, as mesmas despesas.

O mesmo se depreende da leitura de uma carta de José da Cunha Brochado, que, interrogado sobre o valor da moeda “escudo de ouro de sol”, remata com: “porque como he reciproco, não póde haver prejuizo”¹⁶. É aqui levantada uma questão essencial: o valor da moeda utilizada nos Tratados Matrimoniais, o escudo de ouro de sol, é desconhecido dos embaixadores.

Como já observámos, nos tratados matrimoniais de ambas as princesas, os valores do dote são exactamente iguais. Se tanto o marquês de Grimaldo, como Cunha Brochado definem a moeda que constará nos tratados matrimoniais sem saberem o seu valor, o estranho é que o secretário de estado português Diogo de Mendonça Corte Real solicite ao enviado que descubra qual o valor corrente. Cunha Brochado responde que a moeda é de origem francesa. Não podemos olvidar que a infanta D. Maria Ana Vitória tinha já as capitulações matrimoniais assinadas com Luís XV. E, desde o início, a grande preocupação é manter essas capitulações “na mesma fôrma que se estipularão as desta Senhora com El Rey Christianissimo”¹⁷. Ora, o contrato matrimonial de D. Maria Bárbara não podia ser diferente, já que, só usando exactamente os mesmos valores se podia garantir a igualdade dos casamentos para ambas as coroas.

Vejamos, como contraponto, o caso das arras. Ambos os reis se comprometem a dar às suas noras 20.000 escudos de ouro de sol e jóias no valor de 80.000 pesos. O pagamento do dote ficou decerto anulado, como diz o próprio Cunha Brochado, de forma que não era importante a moeda utilizada. Em relação às jóias, que são realmente dadas às princesas, a situação é bem diferente e aí o valor era já claro para ambas as partes envolvidas, de modo a que nenhuma ficasse a perder. Os Tratados Matrimoniais são assinados em 1727 e mantêm a numismática.

¹⁶ BNP, cód. 4436, fol. 164r-164v.

¹⁷ *Ibidem*, fol. 7.

A 6 de Janeiro de 1728 entrou em Lisboa o marquês de Los Balbases, conduzido pelo conde de Assumar, D. João de Almeida. O cortejo que conduziu o marquês até ao Paço foi imponente. Na dianteira, os coches dos principais senhores da corte portuguesa, a que se seguiam os coches dos ministros e dos gentis-homens do marquês. Logo de seguida, os coches do rei, da rainha e da infanta, assim como os dois coches do embaixador, encerrado por quatro cavaleiros e trinta e quatro domésticos de libré¹⁸.

No dia 10 as capitulações foram outorgadas e a cerimónia de recebimento da princesa das Astúrias foi efectuada na Basílica Patriarcal de Lisboa, em presença do Patriarca D. Tomás, de todos os cônegos da Patriarcal e de outras hierarquias eclesiásticas, sendo procurador do príncipe das Astúrias, o rei D. João V.

Encontramos, ainda, algumas resistências ao projecto concluído. Passou mais de um ano entre as capitulações e a condução das princesas à fronteira do Caia. Surgem, então, vários boatos que profetizam o fim dos casamentos. Na Alemanha e no norte da Europa, espalha-se a notícia de que a infanta D. Maria Ana Vitória poderia, ainda, vir a conhecer um outro noivo, desta feita, o jovem imperador da Rússia, D. Pedro II. Todavia, os boatos não passaram disso mesmo e a troca das princesas efectuou-se no fim de Janeiro de 1729¹⁹.

O cortejo da saída da princesa das Astúrias e do príncipe do Brasil, de Lisboa em direcção ao Caia, foi uma das cerimónias públicas mais marcantes do reinado de D. João V²⁰. A Casa do rei, a Casa da Rainha, assim como as restantes

¹⁸ Cf. *Recueil des Nouvelles Ordinaires et Extraordinaires, Relation et Recits des Choses Avenues, tant en ce Royaume q'ailleurs, pendant l'anné mil sept cens vingt-sept*, Paris 1728, nº 7.

¹⁹ Vide J. Campo-Raso, *Memorias Políticas y militares para servir de continuación a los comentarios del Marqués de S. Phelipe, desde el año de 1725 en que concluyó este autor su obra hasta el presente, con los Tratados de Paz y Alianzas de España correspondientes*, Madrid 1756, p. 176.

²⁰ A descrição da jornada da corte portuguesa ao Caia para a troca das princesas encontra-se, pormenorizadamente em vários relatos da época. Ver B. Chermont, *Summario Chronologico da Historia de Portugal, com os sucessos notáveis, desde o conde D. Henrique de Borgonha, até o Reinado da Augustissima rainha Fidelissima Senhora D. Maria Primeira nossa Senhora. As Guerras, as Batalhas, os Sítios, Leis, Costumes e Usos, divididos em Epocas*, Lisboa 1805, pp. 242-243; Fr. C. Conceição, *Gabinete Histórico*, Lisboa 1820, VII, pp. 310-329; *Miscelânea Histórica contendo notícias dos factos e acontecimentos dos séculos XVI e XVII*, BNP, cód. 10851, fols. 230-231v.; J. Barbosa, *Memórias da Casa de Bragança*, BNP, cód. 418, fols. 69v-101v.; *Relação das vistas dos Reis de Portugal e Castella sobre as entregas das Princesas de hum e outro reyno*, Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, Ms. 338, fols. 157-168; M^a A. Pérez Samper, *Isabel de Farnesio...*, pp. 232-253.

casas da Família Real e senhoriais, mostraram-se em toda a sua imponência grandiosa e tipicamente barroca, sublinhando, sempre, a magnanimidade régia. Prova do faustoso aparato é a construção do Palácio de Vendas Novas, cuja construção custou um milhão de cruzados, com o objectivo de albergar, apenas durante uma noite, a comitiva real que seguia para Évora ²¹. Não nos importa considerar a jornada em si, já analisada pela historiografia ²². Importa sim sublinhar que, como o casamento é duplo, todo o aparato e luxo subjacente à jornada, inclui o do casamento do príncipe herdeiro e o regresso com a futura rainha de Portugal.

A Casa da Princesa do Brasil é constituída a 29 de Outubro de 1727. D. Maria Bárbara de Bragança usufruirá da casa até Janeiro de 1729, data em que D. Maria Ana Vitória passa a Portugal.

Para mordomo-mor da princesa, D. João V nomeou D. Pedro António de Noronha, marquês de Angeja, conselheiro de estado e vedor da fazenda real. Pedro de Vasconcelos, conselheiro de guerra, foi nomeado estribeiro-mor e António de Melo e Torres, conde da Ponte, vedor, funções também desempenhadas por D. Carlos de Meneses e D. Lopo de Almeida, balio de Lessa da Ordem de São João de Malta ²³.

À cabeça do séquito feminino, a camareira-mor, D. Ana de Lorena, filha do marquês de Abrantes e viúva de D. Rodrigo de Melo, filho do duque de Cadaval. Também a casa de Abrantes reforça o seu prestígio, colocando D. Ana

²¹ Cf. W. Beckford, *A Corte de D. Maria I. Correspondência de William Beckford (1787)*, Lisboa 2003, p. 176.

²² Ver E. Gama, *Troca de princesas no Caia*, sep. *Revista Ocidente* LV (Lisboa 1958); A. M^a Alves, *As entradas régias portuguesas. Uma visão de conjunto*, Lisboa [s.d.]. Ver também M. P. Marçal Lourenço, “A Casa das Rainhas e a formalização da etiqueta de corte (1640-1754): etiqueta, cerimónias e práticas rituais”, em L. Ventura (coord.), *Economia, Sociedade e Poderes. Estudos em Homenagem a Salvador Dias Arnaut*, Coimbra 2002, pp. 753-783. M^a Á. Pérez Samper, “Felipe V: el primer Borbón en el trono de España”, em *La Casa de Borbón...*, pp. 122-126. Ver também M. Lozano Bartolozzi, *Fiestas y Arte efímero en Badajoz en el siglo XVIII. Los viajes reales organizados para intercambio de las princesas María Ana Victoria de Austria y María Bárbara de Braganza, casadas con el Príncipe del Brasil y el Príncipe de Asturias el año 1729*, Cáceres 1991.

²³ Cf. A. Caetano de Sousa, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, Coimbra 1946, VII, p. 215.

Francis Harrewyn, 1729. BNP



Catarina Henriqueta de Lorena ao serviço da princesa²⁴. Como dona de honra, é nomeada D. Maria Madalena de Portugal, viúva de Bernardo de Vasconcelos, filho do conde de Castelo-Melhor, polémico valido de D. Afonso VI. D. Luísa Joana Coutinho e D. Helena de Portugal, ambas filhas de D. Filipe de Sousa, capitão da guarda alemã, são nomeadas damas camaristas da princesa, bem como D. Mariana Joaquina de Mendonça, filha de João de Saldanha, vice-rei da Índia e D. Mariana Josefa Joaquina de Lencastre, filha de João de Saldanha da Gama.

Marcam, de igual modo, presença, as casas de Assumar e de Vila Flor. A primeira, tradicionalmente ligada ao serviço da casa real, encontra-se representada na casa da princesa por D. Luísa Maria do Pilar e Noronha, que estivera ao

²⁴ IANTT, *Casa das Senhoras Rainhas*, liv. 37, fol. 152v.

serviço da infanta D. Francisca. Pelos serviços prestados no Paço, receberá em 1717 uma mercê de 2000 cruzados pela jóia do seu casamento²⁵. Da casa de Vila Flor encontra-se ao serviço de D. Maria Bárbara, D. Joana Maria Josefa Manuel de Mendonça, filha de D. Martim de Sousa e Meneses Manuel, conde copeiro-mor, 3º conde de Vila Flor. Esta dama foi nomeada apenas a 22 de Maio de 1728, “dama da princesa das Astúrias enquanto esta estiver no Reino e, quando sair, ficará no Paço”²⁶.

Quando são concluídas as negociações, Cunha Brochado informa o rei que:

A Senhora Infante D. Maria pode ser Rainha de Hespanha dentro de dois annos porque he constante que o Sogro fará abdicaçam do Governo concluido o cazamento²⁷.

Mas desta feita Filipe V não abdicará do trono. Bárbara de Bragança será princesa das Astúrias até 1746, vivendo em harmonia com seu esposo mas com o desprezo da rainha Isabel de Farnésio que tudo fez ao longo deste período para afastar os príncipes da corte e do governo do reino, com medidas tão violentas como a que em Junho de 1733 os proibiu de receber nos seus aposentos outras pessoas que não os seus servidores pessoais, ao mesmo tempo que vedava a assistência de D. Fernando ao Despacho e não permitia que o casal comesse em público nem visitasse igrejas e conventos²⁸.

As relações entre Portugal e Espanha nesta época são inexistentes e até um pouco hostis, já que são públicas as afrontas feitas pela rainha aos príncipes das Astúrias. Apenas quando os príncipes das Astúrias subirem ao trono, no ano de 1746, os dois reinos ibéricos estreitarão laços. Na realidade, muito por influência de Maria Bárbara, as relações entre D. João V e o seu genro serão as mais estreitas e as acções portuguesas na política externa espanhola serão decisivas e olhadas com desconfiança por parte das outras potências europeias, resultando

²⁵ IANTT, *Casa das Senhoras Rainhas*, liv. 44, fol. 192v.

²⁶ IANTT, *Casa das Senhoras Rainhas*, liv. 118, fol. 36.

²⁷ BNP, cód. 4436, fol. 169v

²⁸ G. Franco Rubio, “Bárbara de Braganza, *La Querella de las Mujeres* y la educación femenina”, em Mª V. López-Cordón y G. Franco (coords.), *La Reina Isabel y las reinas de España: realidad, modelos e imagen historiográfica*, Madrid 2005, p. 505.

daqui a aproximação de Espanha a Inglaterra e a assinatura do Tratado de Madrid, em 1750 ²⁹.

Em síntese, se é verdade que os casamentos ibéricos são uma tentativa de entendimento entre os dois reinos da Península, procurando-se a paz perpétua entre os dois povos que tanto têm em comum, não é menos verdade que os conflitos europeus que marcam todo o século XVIII vão ensombrar as negociações e condicionar fortemente o reatar das boas relações entre Portugal e Espanha, uma das alianças mais antigas entre as Famílias Reais europeias e simultaneamente uma das mais conflituosas da história. Apenas quando Fernando VI e Bárbara de Bragança subirem ao trono as relações entre os dois reinos serão retomadas.

²⁹ Cf. J. Borges de Macedo, *História Diplomática Portuguesa. Constantes e Linhas de Força. Estudo de Geopolítica*, Lisboa [s.d.], p. 273.